

Brasil e dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda – PECFAZ, parcela do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira nos valores de:

.....
III – R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), para os servidores de integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ, regidos pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, lotados ou em exercício na Secretaria da Receita Federal do Brasil;

.....
§ 2º A partir das competências subseqüentes às referidas no caput até o mês de produção dos efeitos do ato referido no § 3º do art. 5º, serão pagos, mensalmente, os valores de R\$ 3.000,00 (três mil reais) aos ocupantes do Cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) para os ocupantes do cargo de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil, R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para os servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério da fazenda, lotados e/ou em exercício na SRFB.

.....
.....” (NR)

“Art. 12. O somatório do vencimento básico da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e dos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda – PECFAZ, com as demais parcelas, incluído o Bônus de que trata o art. 5º, não poderá exceder o limite máximo disposto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 765, de 2016, ao instituir o Programa de Produtividade da Receita Federal do Brasil e o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira sem incluir em seu bojo os servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (PECFAZ), incorreu em verdadeira discriminação, visto que estes servidores atuam nas mais diversas atividades das áreas tributária e aduaneira, contribuindo diretamente para o incremento da produtividade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).



O art.5º, § 2º, da proposição estabelece que o pagamento do Bônus de Eficiência terá como parâmetro o Índice de Eficiência Institucional, que será mensurado por indicadores de desempenho e metas estabelecidos no planejamento estratégico da SRFB. Acontece que a arrecadação daí resultante é fruto do trabalho não só de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários da SRFB, mas também dos servidores integrantes do PECFAZ, em instâncias de julgamento, seja administrativo, seja judicial.

De fato, os servidores integrantes do PECFAZ atuam em todas as áreas de competência do Ministério da Fazenda, contribuindo com a produtividade e o alcance de metas e indicadores estabelecidos pela Instituição como um todo, possuindo todos os requisitos estabelecidos na Medida Provisória para a percepção do Bônus de Eficiência, na proporcionalidade apresentada por esta emenda.

Ante o exposto, tendo em conta a necessidade de se reconhecer o trabalho desenvolvido pelos servidores do PECFAZ, que contribuem significativamente para tornar o Ministério da Fazenda um órgão eficiente e indispensável à ação estatal, pede-se o endosso dos nobres Pares para a presente iniciativa.

Sala das Comissões, de 2017.

Senador JOÃO CAPIBERIBE
PSB/AP

